

BARNABÉ, MARAJÁ OU HERÓI?

Kátia Abreu
Jornalista

A imagem do funcionário público foi sendo desmontada ao longo dos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, neste último de modo mais sofisticado. O trabalhador do serviço público passou a ser visto como ineficiente e oneroso, um fardo para o Brasil

Em 17 anos de serviço público municipal, a fonoaudióloga Marisa Reicher já viu sete prefeitos passarem pelo cargo em São Paulo. A cada começo de mandato, novos projetos políticos, alterando a linha de trabalho dos profissionais de saúde. “A cada quatro anos, tudo é refeito. Às vezes, a gente inicia um projeto de trabalho, como eu já fiz muitas vezes, e tem de mudar as coisas que estão sendo feitas. Dificilmente são valorizados projetos antigos, que, ao invés de serem aperfeiçoados, vão sendo cortados e é introduzida uma nova política”, lamenta Marisa.

As idas e vindas políticas são um dos principais problemas enfrentados pelos servidores públicos, seja na esfera municipal, estadual ou federal.

As mudanças na Presidência da República geraram redirecionamentos mais profundos nas relações entre funcionalismo, Estado e sociedade. “Durante a Constituinte, e depois dela, quando conquistamos o Regime Jurídico Único, em 1990, brigamos muito para resgatar a idéia do Estado democrático, a idéia do serviço público de qualidade. Isso pautava o serviço público como interesse da sociedade”, explica Démerson Dias, coordenador da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União.

A imagem do funcionário público a serviço da população foi sendo desmontada ao longo dos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. “Faço uma distinção do governo Collor para o Fernando Henrique Cardoso porque no pri-

meiro foi uma coisa muito bruta. Ele elegeu o serviço público como a razão dos males e a coisa ficou muito ofensiva. O Collor fez aquela propaganda do elefante, por exemplo, que não só dá uma idéia de peso morto como lembra a figura do marajá”, lembra Démerson. A propaganda negativa ficou mais sutil durante os anos FHC, que teve Luis Carlos Bresser Pereira como seu ministro da Administração Federal e da Reforma do Estado.

“O Bresser aprofundou questões que estão arraigadas até no inconsciente da sociedade, a questão do Leviatã — o Estado como aquele ente supra-humano, que massacra os demais. Enquanto no Collor era uma coisa pesada, ineficiente, durante a gestão Bresser-FHC a coisa atingiu outro grau, muito mais grave: pensar que o interesse do Estado, ou do ser-

viço público, pode ser contraditório com o interesse da sociedade. O governo FHC denunciou a crise que ele mesmo promovia”, acrescenta.

Fernando Szegeri, analista administrativo da Procuradoria Regional da República na capital paulista, enxerga esse desmonte como uma mudança no imaginário coletivo. “Há uma política nacional de desvalorização do funcionalismo. O governo FHC bombardeou o país com campanhas de mídia atribuindo todos os problemas ao serviço público. O funcionário passou a ser visto como ineficiente, oneroso, que não trabalha nem retorna à sociedade, criando uma imagem social negativa”, desabafa.

O mesmo sentimento está presente no discurso de Marisa: “O funcionário público sofre muito com isso. Principalmente, a desvalorização do funcionalismo. Antigamente, você escutava que quem era funcionário público era respeitado, tinha bom salário. Professor de escola era super-respeitado. E hoje em dia existe uma desvalorização do funcionalismo, uma discriminação mesmo. Não na minha área, mas o pessoal do operacional, administrativo, quando sai da Prefeitura dificilmente é aceito numa empresa privada. É discriminado. Tachado de funcionário que não trabalha, que fica muito ocioso ali na Prefeitura. Mas não é o que acontece na verdade. Como em todo lugar, existem bons e maus funcionários”.

O desenvolvimento de uma visão preconceituosa em relação ao servidor público faz parte do desmante-



Daniel Garcia

José Ibiapino

lamento e diminuição da função primordial do Estado, promovidos pela

FHC bombardeou o país com campanhas de mídia atribuindo todos os problemas ao serviço público. O funcionário passou a ser visto como oneroso

política neoliberal dos últimos governos brasileiros. Responsabilidades do Estado, como saúde, educação e segurança, foram paulatinamente passando à esfera privada, com a perda de qualidade dos serviços públicos. Simultaneamente, ocorreu a privatização de bancos e empresas estatais, com o “argumento” de que eles oneravam as contas públicas.

“Quando FHC precarizou o Estado e colocou as agências reguladoras, ele tirou da sociedade um papel fundamental, que não é a mera regulação. As agências reguladoras têm um papel paraestatal e não exer-

cem nenhum controle, porque são constituídas de acordo com as áreas de interesse. Na energia elétrica, por exemplo, você tinha basicamente representantes das empresas fornecedoras de energia”, avalia Démerison. “Isso deslegitima o Estado. E ao deslegitimar o Estado, ele isenta o Estado — é contraditório — de uma obrigação que ele tem. O Estado passa a dar dinheiro para uma ONG, ou para uma agência reguladora, para fazer um serviço que, a rigor, era obrigação do Estado”.

A essa mudança no plano simbólico, corresponde uma série de dificuldades práticas, de ordem material, para o pleno cumprimento das obrigações do funcionário público. Para o sindicalista, existe uma antiga polêmica em relação aos deveres do servidor. “Por exemplo, todos mais ou menos têm idéia dos deveres que um hospital tem diante da sociedade. Mas nem sempre o Estado dá condições para que o servidor público atenda aos seus deveres”.

Um dos principais problemas enfrentados pelo servidor é a constante diminuição de quadros, que é sentida de forma diferente dependendo do ramo de atuação do trabalhador. Professor há 11 anos na rede pública estadual paulista, José Ibiapino sente na pele a falta de pessoal. “O número de alunos por sala aumentou muito nos últimos anos”, constata. O mesmo acontece no ensino superior, onde se observa o gradativo esvaziamento e a falta de reposição dos quadros docentes. “A insuficiência de quadros denota uma política

de diminuição da esfera pública e expansão da esfera privada, mesmo dentro das universidades, que podemos notar na precariedade da contratação de docentes. Os professores substitutos não têm estímulo, pois são contratados com vínculos provisórios, só para dar aulas”, comenta Luiz Carlos Gonçalves Lucas, presidente do Andes-SN e professor da Universidade Federal de Pelotas desde 1985.

Algo similar acontece no Judiciário. Elisângela Gonçalves de Souza, técnica judiciária da 2ª Vara Trabalhista de São Paulo, explica que desde 1997 não houve preenchimento de vagas nessa repartição, que opera com oito funcionários, mais um estagiário, ao invés dos 12 servidores previstos para o trabalho. “A gente não dá conta. Na 2ª Vara, há quatro mil petições fora de processo. Processos para notificar, tem mais de mil. Estão lá na prateleira. Não há pessoal suficiente para sentar e mandar essas notificações. E ainda que fizéssemos isso, encheria o balcão e o rapaz do balcão não teria condições de atender”.

Não é só a falta de pessoal que impede os funcionários públicos de prestarem um bom serviço à sociedade. “Faltam recursos materiais. O pessoal que faz terapia, psicólogos, terapeutas ocupacionais, divide o material que tem. E esse material a gente traz de casa, ou de outros consultórios, ou confecciona a gente mesma. No início de alguma gestão vem um pouquinho, e é dividido. Aí o material vai-se deteriorando, já que trabalhamos com crianças. São jogos, material que vai estragando e tem de ser repostado. E também precisa ser variado”, conta a fonoaudióloga Mari-

Daniel Garcia

**Elisângela Gonçalves de Souza**

sa, que hoje atua na Unidade Básica de Saúde (UBS) do Cambuci.

O descontentamento com a política salarial é unânime. “Atualmente, estamos vivenciando um arrocho salarial sem precedentes. A gente está reivindicando um reajuste emergencial de 46,95%, que corresponde às perdas de junho de 1998 a abril de 2002. A nossa proposta de reposição salarial de fato é de 122,4%, apurados pelo Dieese, de janeiro de 1995 a abril de 2003. Os ganhos da última greve das universidades federais se resumem à política de gratificação, com a Gratificação de Atividade Executiva (GAE) e a Gratificação de Estímulo à Docência (GED). Esse reajuste de 1% proposto pelo governo é quase um deboche”, indigna-se Lucas.

A técnica judiciária Elisângela pondera que, quando comparados aos rendimentos de um trabalhador da iniciativa privada, os salários dos servidores federais não estão tão defasados. “Em relação à iniciativa privada, o salário do serviço público federal não é ruim. Só que você não pode tomar por base a iniciativa privada, porque ela tem como referência o salário mínimo, que é uma

vergonha. Mas desde 1995 não houve nenhum aumento, exceto o plano de cargos e salários, no ano passado, que foi uma redução na diferença entre os salários dos servidores dos diversos poderes federais”. O mesmo acontece na esfera municipal. “Não temos aumento acho que faz dez anos. O aumento que a gente pode ter é na carreira: a cada dois anos tem um aumentozinho, a cada cinco, tem o quinquênio. É isso que querem tirar”, acrescenta Marisa.

Démerson vai além. “O salário tem duas funções. Uma, é claro, é a mais imediata: a garantia da sobrevivência digna. Mas a política salarial tem uma repercussão para além da imediata: o papel de equacionar a relação do Estado com o servidor”. E exemplifica: “Sempre que se tiver um servidor no Judiciário ganhando menos do que ele poderia ganhar no mercado de trabalho com a qualificação dele, estou sabotando o Estado. O gerador de demanda do Estado, que é o advogado, está melhor instrumentalizado para fazer a demanda. E o Estado tem condições precárias de responder à demanda. Esse desfavorecimento do Estado prejudica a sociedade, porque você não consegue fazer justiça, não consegue administrar a Justiça. Isso repercute quando você não tem uma carreira estruturada, democratizada, sem clientelismo”. O professor José Ibiapino, por seu turno, acredita que o arrocho acaba gerando queda de qualidade, devido ao descompromisso dos profissionais. “Os baixos salários fazem com que muitos professores vejam o trabalho na rede pública estadual como subemprego, como um trabalho de segundo nível”.

Essa política de desvalorização do

funcionalismo público está relacionada a uma constante diminuição nos direitos dos servidores. A estabilidade, antes conquistada após dois anos de trabalho, já não se estende aos novos funcionários. “Um trabalhador privado, quando é demitido, pode retirar o FGTS. O funcionário público, não. A estabilidade caiu, mas não foi criada nenhuma compensação para isso”, afirma o analista administrativo Szegeri. E a aposentadoria integral está ameaçada pela PEC 40. “Os projetos apresentados até agora para a reforma da Previdência são francamente uma continuidade da política de restrição de direitos dos servidores. A questão está sendo tratada de uma forma superficial e emocional”, continua Szegeri.

Démerson completa: “A proposta da Previdência, entre outros malefícios, caracteriza um rompimento de contrato. Na medida em que o governo está pautando a reforma nos moldes do governo anterior, que é um projeto neoliberal, a

gente se encontra numa situação *sui generis* em que o governo não acena em momento algum com esse debate, ele está simplesmente disposto a romper uma parte fundamental do contrato, que é a parte previdenciária”.

Uma reforma feita nos moldes atualmente propostos agravaria ainda mais o quadro de precarização do serviço público. No ensino fundamental e médio, o problema seria a desqualificação dos professores, aponta Ibiapino, que leciona no curso de suplência da Escola Estadual Alberto Torres, no bairro do Butantã, em São Paulo. “Os mais qualificados



Daniel Garcia

Démerson Dias

migrariam para escolas particulares. A escola pública seria, mais do que já

A desvalorização do servidor público está relacionada à constante redução de direitos. A estabilidade já não se estende aos novos funcionários

é, vista como um bico. Aumentaria a rotatividade dos professores”. No setor da saúde, também haveria perda de profissionais. “Está todo mundo aguardando as mudanças. Tem gente aqui que quer se aposentar logo, para não entrar nesse novo esquema. O funcionalismo está passando por uma situação de insegurança”, alerta Marisa.

Com tantos problemas, por que esses profissionais continuam no serviço público e os concursos são tão concorridos? A crise econômica e os altos índices de desemprego ajudam a explicar essa situação. “Ninguém fica

rico no serviço público, mas sabe que vai ter algumas garantias, sabe que o salário não vai atrasar e que não vai ser demitido de uma hora para outra”, sustenta Szegeri. Elisângela frisa que construiu sua carreira no setor público, porque na iniciativa privada não teria estabilidade. “Esse já é o meu terceiro cargo público, sempre fui prestando concursos. Aos 30, eu já tenho 12 anos de serviço público, que é o máximo que uma pessoa pode ter com essa idade, já que só se pode entrar no serviço público com 18 anos. Continuo prestando concursos, mas agora, como estou estudando Direito, talvez eu parta para a área da magistratura”.

Mas não é só isso. “Eu continuo por idealismo, porque gosto muito de trabalhar com essa parcela da população, e acredito na escola pública, em trabalhar por um projeto. Porque educação não é só atendimento”, salienta o professor Ibiapino. “Na Prefeitura, a gente lida com todo tipo de paciente, todo tipo de gente.

Na minha área, tenho oportunidade de ter muita experiência, muito mais do que num consultório particular. E também, a gente é concursado, tem a garantia de não ser mandado embora, a não ser com justa causa mesmo. Lá fora, na minha área, não tem emprego. Por menos que a gente ganhe, é uma coisa que no fim do mês está lá, garantido pelo menos aquele pouquinho”, reforça Marisa. “Temos que lutar para melhorar, e não sair. Lutar por melhores condições, por uma política melhor, mais igualitária, tanto para nós, funcionários, como para o povo”, conclui ela.